

Fundo deve dividir recursos a partir de 1998

As mudanças estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 14 para a destinação dos recursos à educação devem aumentar os investimentos para o primeiro grau e acabar com a grande disparidade de remuneração entre os professores em todo o Brasil, na avaliação da secretária de Educação do Estado de São Paulo, Rose Neubauer.

"É a medida mais revolucionária adotada no Brasil em muito tempo", afirma a secretária, lembrando que, com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, será destinado a cada aluno do ciclo básico R\$ 300 por ano a partir de 1998. Apenas no estado de São Paulo, os recursos a serem administrados pelo fundo deverão ser de R\$ 3,8 bilhões.

A Emenda nº 14 determina que, já a partir deste ano, 15% da arrecadação de estados e municípios sejam

destinados ao financiamento do primeiro grau. Desse valor, 60% precisam ser dirigidos aos salários dos professores. A partir de 1998, com a criação do fundo os recursos serão divididos pelo número de alunos.

Com isso, os investimentos por aluno no ciclo fundamental devem subir dos R\$ 510,00 per capita destinados atualmente pela Secretaria Estadual da Educação para R\$ 700,00 em função

dos repasses dos valores não aplicados pelos municípios, diz a secretária. "O fundo ainda irá acabar com salários desiguais, que variam de R\$ 30 a R\$ 2 mil no País", avalia Rose Neubauer.

A secretaria cita o estado do Paraná como exemplo dos resultados po-

sitivos da municipalização: "Lá o governo estadual quase não tem mais salas de 1^a a 4^a séries e na maioria das cidades o índice de analfabetismo beira o zero, porque o acesso da comunidade à educação foi facilitado." Segundo ela, a rede estadual absorve em

São Paulo 80% dos alunos do primeiro grau, mas existe atualmente uma grande movimentação dos municípios para cumprirem a

lei e investirem no ciclo básico.

Até o ano passado apenas 46 municípios (8%) de São Paulo haviam assumido toda a responsabilidade pelo ensino fundamental e somente 120 tinham algumas classes de 1º grau, número que já subiu para 220. "Este ano, 370 prefeitos já nos pro-

curaram espontaneamente para estudar como assumir a responsabilidade pelo ensino fundamental em suas cidades", diz, lembrando que o antigo medo de que os governos estaduais se retirassem da educação desapareceu com a formação do Fundo de Desenvolvimento.

Apenas no estado de São Paulo, a secretaria estima que o montante arrecadado no fundo chegue a R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões provenientes do governo estadual. "Quanto mais os municípios administrarem suas próprias redes, menos recursos perderão", afirma. Os mais populosos terão maiores benefícios, porque o repasse é pelo número de alunos. "Nossos estudos mostram que há municípios que, apenas assumindo classes da 1^a a 4^a séries, vão receber pelo menos 10% a mais do que deveriam destinar para a área", conta.

(F.L.)

Em São Paulo, os recursos a serem administrados pelo fundo deverão ser de R\$ 3,8 bilhões